



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a prorrogação, em caráter excepcional, do vencimento da Taxa de Expediente e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Atividades, referente ao exercício de 2025, e dá outras providências.

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, para o dia 31 de outubro de 2025, o vencimento da Taxa de Expediente e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Atividades, previstas nos artigos 386 e 472 do Código Tributário Municipal, referente ao exercício de 2025.

Parágrafo único. A presente prorrogação não implica em isenção ou remissão da taxa, salvo nos casos em que houver decisão judicial com efeitos específicos para contribuintes determinados, hipótese em que serão adotadas as medidas legais cabíveis, inclusive quanto à restituição de valores eventualmente recolhidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 15 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA I AO PL 76/2025

A presente proposta tem por objetivo oferecer uma resposta administrativa prudente diante da judicialização da cobrança da **Taxa de Emissão de Alvará de Localização** e da **Taxa de Fiscalização de Funcionamento de Atividades**, atualmente questionadas por entidade de classe representativa dos advogados, por meio da Ação nº **5001054-25.2024.4.04.7113**, que tramita junto à **1ª Vara Federal de Bento Gonçalves/RS**.

A prorrogação do vencimento dessas taxas para o dia **31 de outubro de 2025** visa evitar eventuais prejuízos tanto aos contribuintes quanto à Administração Pública, caso venha a ser proferida decisão judicial com efeitos que alcancem parte dos obrigados tributários. Trata-se de uma medida de cautela que busca assegurar previsibilidade e estabilidade no planejamento tributário municipal.

Além disso, a postergação permitirá tempo hábil para que a gestão fiscal do Município se adeque ao desfecho da demanda judicial, com a devida segurança jurídica, evitando judicializações individuais e, principalmente, resguardando o interesse público.

Dessa forma, a proposta representa uma iniciativa responsável e sintonizada com os princípios da **eficiência**, **razoabilidade**, **legalidade** e **economicidade administrativa**, fundamentais à boa governança.

Diante disso, submeto o presente projeto à apreciação dos nobres Vereadores, contando com seu habitual compromisso com o interesse público para a aprovação da matéria.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 15 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.

